

## INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: DESAFIOS E CONQUISTAS DA GESTÃO EDUCACIONAL EM CONTEXTOS MUNICIPAIS DE CASCAVEL – PR E BAURU – SP

Viviane Grzechota Selzler<sup>1</sup>

### Eixo 2 – Educação e Políticas Públicas

**Resumo:** O presente trabalho, em processo de tese, tem como tema a gestão escolar em redes municipais de ensino e seu processo de institucionalização. Para tanto, será reunido a pesquisa bibliográfica e documental sobre a Pedagogia Histórico-Crítica, Gestão Escolar e documentos legais educacionais orientadores da rede municipal de educação de Cascavel e Bauru, a fim de elucidar que uma proposta educacional contra hegemônica pressupõe organização do trabalho pedagógica consoante e peculiar. Face o modo de produção capitalista e suas mazelas sociais, faz-se mister processos educacionais reagentes a fim da revolução social que sirvam como inspiração de resistência social.

**Palavras-chave:** Gestão Escolar; Institucionalização; Pedagogia Histórico-Crítica.

### Introdução

A educação pública no Brasil tem enfrentado desafios significativos na busca por modelos pedagógicos que não apenas atendam às demandas contemporâneas, mas que promovam uma formação crítica e emancipadora dos estudantes. Imerso nesse contexto, a Pedagogia Histórico-Crítica emerge como proposta pedagógica mais influente, voltada para a construção de uma educação que articule o conhecimento científico e a transformação social.

Desenvolvida inicialmente no final da década de 1970, em um período marcado por intensos debates sobre o papel da educação na sociedade, a Pedagogia Histórico-Crítica busca superar o caráter puramente instrucional da escola tradicional, propondo uma formação que contribua para a compreensão crítica da realidade e para a emancipação dos indivíduos. Fundamentada nas teorias de Karl Marx e outros pensadores críticos, como Antônio Gramsci, essa tendência pedagógica foi amplamente disseminada no Brasil por meio das obras de Dermeval Saviani e demais teóricos que compõem o desenvolvimento coletivo da Pedagogia Histórico-Crítica, influenciando práticas educacionais em diversas regiões do país, até mesmo nos mais longínquos.

Nas décadas seguintes, algumas redes estaduais de educação assumiram essa perspectiva teórica, a fim de orientar o currículo e o ensino, como a Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

No início deste século, algumas redes municipais também se propuseram a institucionalizar a Pedagogia Histórico-Crítica como teoria pedagógica, como é o caso de Bauru – SP e Cascavel – PR.

Porém, demasiados são os desafios para efetivar essa tendência pedagógica nas redes de ensino municipais, de modo amplo, condicionada pela atual estrutura da sociedade. De acordo com Saviani, “os múltiplos desafios que a Pedagogia histórico-crítica enfrenta hoje, [...] em última instância são aqueles postos pela educação brasileira” (Saviani, 1994, p. 243). Nesse contexto, o autor afirma que:

Considerando a escola da perspectiva dos interesses dos trabalhadores, percebemos que os antagonismos da sociedade de classes colocam diversos

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso Doutorado em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Participante do Grupo de Pesquisa GEPEFE.

tipos de desafios à educação que poderiam ser nomeados e analisados em suas particularidades, como a impossibilidade da universalização efetiva da escola, a impossibilidade do acesso de todos ao saber, a impossibilidade de uma educação unificada, o que leva a se propor um tipo de educação para uma classe e outro tipo para outra classe ou então uma mesma educação para todos, porém, internamente, de fato diferenciada para a classe social e assim sucessivamente. Penso, contudo, que esses diferentes tipos de desafios decorrem, todos, de um desafio fundamental ligado ao próprio caráter da sociedade capitalista (Saviani, 2007, p. 18).

Por isso, ao institucionalizar a Pedagogia Histórico-Crítica, as redes municipais de ensino possivelmente encontraram e ainda encontram vários elementos orgânicos componentes da estrutura social, política e econômica que atuam como determinantes ou condicionantes, exercendo influência na organização educacional, curricular e das escolas.

De acordo com Saviani, ao optar pela tendência histórico-crítica, vários elementos precisam ser alterados na rede de ensino, não se limitando apenas a reformular o projeto político pedagógico das escolas ou a elaboração de novos currículos municipais. Segundo ele,

[...] a tentativa de orientar o trabalho pedagógico das escolas por uma nova teoria pedagógica deve vir associada à luta pela mudança das condições de trabalho e de salário dos docentes, introduzindo-se a jornada de tempo integral de modo que, fixando-se os professores nas escolas, eles terão disponibilidade para elaborar o projeto pedagógico aprofundando sua fundamentação teórica e, além disso, efetuar as mudanças organizacionais requeridas e reorientar toda a estrutura curricular, assim como a relação professor-aluno no interior das salas de aula na direção dos novos objetivos preconizados pela concepção teórica adotada (Saviani, 2008, p. 266).

O autor também afirma que toda rede de ensino que tenta institucionalizar essa tendência pedagógica revolucionária precisa compreender que há desafios gerais que a educação brasileira ainda não superou, como a ausência de um sistema nacional de educação, a questão organizacional das escolas e dos sistemas de ensino e o problema da descontinuidade das políticas educacionais e das ações educativas que envolvem a prática de ensino, Saviani (1994, 2007).

Este cenário envolve formação profissional docente, condições de trabalho, melhorias nas escolas e organização do trabalho das secretarias municipais de educação. Segundo o autor,

Em tais condições, fica difícil a esses professores assimilarem as propostas teóricas e procurarem implementá-las na sua prática. Evidencia-se aí um quadro de precariedade que repercute na teoria, colocando óbices para o seu desenvolvimento e para a verificação do grau em que as propostas teóricas de fato podem ser alternativas para um trabalho qualitativo pedagogicamente diferenciado. [...] Esse é um desafio para a Pedagogia histórico-crítica na medida em que põe diante dela, limites ao seu próprio desenvolvimento teórico (Saviani, 1994, p. 256).

Pretende-se entender como essas redes municipais de ensino se organizaram para efetivar os pressupostos teóricos assumidos como referencial teórico orientador, seja em relação a organização do ensino, às ações das secretarias, ao currículo, materialidade da organização

do trabalho pedagógico, cotidiano escolar, como a organização do espaço, dos ambientes escolares e da sala de aula, repercutindo em alterações e melhorias nas condições de trabalho.

A Pedagogia Histórico-Crítica vem se consolidando como a tendência pedagógica comprometida com a emancipação humana, pois, como teoria educacional, defende o acesso da classe trabalhadora aos conhecimentos das máximas elaborações culturais humanas sistematizadas.

No estudo, ainda em fase de pesquisa, investigamos alguns dos principais processos de institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica nas redes municipais de Bauru e Cascavel experiências recentes, consolidadas que datam do início deste século.

Ao tratar sobre a trajetória percorrida pelos educadores de cada um desses municípios, os percursos realizados podem sinalizar os principais desafios enfrentados para institucionalizá-la, relacionando ao próprio caminho que a Pedagogia Histórico-Crítica vem trilhando nestas quase cinco décadas.

O objetivo principal é investigar o processo de institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica nas redes municipais de ensino de Bauru – SP e Cascavel - PR, avaliando o trabalho da gestão escolar na organização das práticas pedagógicas materializadas e organizadas a partir de uma teoria contra hegemônica, logo, pressupõem-se que os documentos legais educacionais que orientam as atividades devem conter organização diferenciada, bem como toda a organização pedagógica histórico-crítica. Assim, o trabalho dos gestores educacionais e toda a articulação necessária para manter a Pedagogia Histórico-Crítica em funcionamento, face o desempenho escolar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com o intuito de compreender os resultados alcançados e os desafios enfrentados na implementação dessa abordagem pedagógica possibilitará a sistematização do processo de institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica que, por sua vez, poderá servir de fomento para demais redes municipais de ensino.

A fim de cumprir o exposto, faz-se mister compreender os Fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica: Investigação dos princípios teóricos e metodológicos dessa abordagem pedagógica, com base em autores como Karl Marx, Antônio Gramsci, Dermeval Saviani, João Luiz Gasparin e demais estudiosos que contribuíram para o desenvolvimento dessa pedagogia, bem como os estudos específicos realizados com a intenção de compreender a institucionalização desta tendência pedagógica nos municípios, seja dissertações ou artigos.

Da mesma maneira, a pesquisa envolve a coleta de dados por meio dos documentos legislativos que orientam e materializam a organização do trabalho pedagógico na rede municipal dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Bauru – SP e Cascavel, a fim de apreender os esforços e desafios da gestão escolar face a institucionalização da teoria pedagógica contra hegemônica social.

A principal fonte de pesquisa para este estudo é a vasta obra do professor Dermeval Saviani, especialmente os estudos produzidos no âmbito da Pedagogia Histórico-Crítica ou a ela associada, que tratam como a educação pode atuar como um instrumento de transformação social, superando as limitações das abordagens tradicionais.

No entanto, as contribuições de Karl Marx e Antônio Gramsci no campo do materialismo histórico-dialético, fundamentam a análise crítica da realidade social, que é central para a Pedagogia Histórico-Crítica assim como o conceito de "intelectual orgânico" e a importância da educação na construção de uma consciência crítica e na luta pela hegemonia cultural, influenciando a base desta teoria pedagógica.

Por meio desta investigação, espera-se contribuir para a compreensão do papel da Pedagogia Histórico-Crítica na função de gestão educacional e suas implicações para a educação pública municipal, oferecendo subsídios para reflexões futuras sobre a viabilidade e os efeitos de sua implementação em diferentes contextos educacionais.

## **A Escolha da Orientação Pedagógica nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Descentralização e Legislação Brasileira**

A descentralização do ensino no Brasil, consolidada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, deu maior autonomia aos municípios para definir suas orientações pedagógicas. Essa autonomia possibilitou que cada rede municipal adequasse suas práticas educativas às realidades locais, respeitando as diretrizes nacionais.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, essa escolha tornou-se estratégica, pois envolve a formação básica dos estudantes e estabelece os alicerces para o desenvolvimento crítico. Para tanto, a Pedagogia Histórico-Crítica se apresenta como uma alternativa que prioriza o conhecimento sistematizado e a formação emancipadora, alinhando-se aos princípios de democratização do ensino.

A legislação brasileira exige que os currículos promovam o desenvolvimento integral dos alunos, o que incentiva a busca por abordagens pedagógicas que combinem teoria e prática. Municípios como Bauru, Cascavel destacaram-se por explorar possibilidades dentro dessa autonomia, selecionando a Pedagogia Histórico-Crítica como norteadora.

A decisão pela orientação pedagógica nesses municípios envolveu consultas a especialistas, análises de legislações e a busca por práticas inovadoras.

A Lei de Diretrizes e Bases, com sua flexibilidade curricular, permitiu que as redes municipais considerassem suas características específicas ao escolher a abordagem pedagógica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora prescritiva em alguns aspectos, deixou margem para a adaptação de metodologias críticas como a Pedagogia Histórico-Crítica. No entanto, a descentralização também trouxe desafios, como o risco de escolhas desarticuladas ou baseadas mais em conveniências políticas do que em fundamentos teóricos.

A escolha pela Pedagogia Histórico-Crítica reflete um compromisso com a transformação social por meio da educação, fundamentando-se na crítica ao tecnicismo e ao pragmatismo educacional. O processo de escolha nos municípios analisados incluiu debates entre gestores, educadores e especialistas.

Em Bauru, a decisão foi pautada por um histórico de experiências progressistas em educação.

Cascavel, por sua vez, buscou alinhar sua orientação pedagógica com projetos de formação docente em parceria com universidades e a construção do currículo.

A escolha da Pedagogia Histórico-Crítica em cada município também dialogou com o contexto político e econômico local. A descentralização permitiu maior flexibilidade, mas também exigiu das Secretarias Municipais capacidade técnica para tomar decisões fundamentadas. A legislação brasileira, ao reconhecer a autonomia dos municípios, criou um ambiente propício para a diversidade de abordagens pedagógicas.

Nos dois municípios, a escolha da Pedagogia Histórico-Crítica reforça o papel transformador da educação e a centralidade do conhecimento na formação dos cidadãos. O processo de escolha também revelou a importância de gestores comprometidos e bem informados. A legislação permitiu que os municípios assumissem o protagonismo na definição de suas práticas educacionais.

A Pedagogia Histórico-Crítica destacou-se como uma abordagem capaz de articular o contexto local com os objetivos nacionais de desenvolvimento educacional. O protagonismo dos municípios foi evidenciado pela mobilização de recursos técnicos e humanos para consolidar suas escolhas pedagógicas.

A escolha pela Pedagogia Histórico-Crítica também reflete a influência de movimentos acadêmicos e pedagógicos nacionais, reforçando a conexão entre teoria e prática. Municípios que optaram por abordagens críticas fortaleceram a percepção da educação como um direito e um meio de transformação social.

A descentralização da educação, ainda que desafiadora, ampliou as possibilidades de inovação e experimentação pedagógica. A legislação brasileira tem se mostrado um ponto de apoio essencial para municípios que buscam promover uma educação de qualidade.

Bauru e Cascavel são exemplos de como a autonomia municipal pode ser utilizada para implementar práticas educativas transformadoras.

Da mesma maneira, ressalta-se a importância de decisões fundamentadas e planejadas para garantir que a descentralização educacional seja efetiva e engendre o desenvolvimento integral dos estudantes.

### **Estratégias adotadas pelas Secretarias Municipais de Educação para a institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica**

A institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) pelas Secretarias Municipais de Educação requer estratégias que articulem formação docente, reformulação curricular e políticas públicas.

Um dos primeiros passos adotados pelas secretarias é o diagnóstico da rede de ensino, analisando o contexto escolar, as condições de trabalho e os desafios enfrentados pelos professores.

Com base em teses como a de Saviani (2003), a formação inicial e continuada dos professores aparece como estratégia prioritária, pois o sucesso da Pedagogia Histórico-Crítica depende do domínio teórico e prático dessa abordagem pelos educadores. As secretarias investem em parcerias com universidades e centros de pesquisa para oferecer cursos, oficinas e seminários que aprofundem o conhecimento sobre a Pedagogia Histórico-Crítica.

A formação docente vai além do conteúdo teórico, buscando conectar os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica à prática cotidiana em sala de aula, como destacam trabalhos de Gasparin (2013).

Outra estratégia crucial é a elaboração de materiais didáticos que reflitam os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, orientando os professores na aplicação dos conteúdos e na organização do ensino.

As secretarias frequentemente organizam grupos de estudos com professores e gestores escolares para fomentar o debate sobre a prática pedagógica e avaliar a aplicação da Pedagogia Histórico-Crítica.

A reformulação curricular aparece como uma necessidade, visando alinhar os conteúdos programáticos às diretrizes da Pedagogia Histórico-Crítica e garantir a progressão dos conhecimentos sistematizados.

Em município como Cascavel, conforme relatado em dissertações locais, foram criados documentos orientadores que servem como referência para as escolas na implementação da Pedagogia Histórico-Crítica.

Além do currículo, as secretarias buscam integrar as avaliações às práticas pedagógicas críticas, garantindo que os instrumentos reflitam a lógica dialética da Pedagogia Histórico-Crítica.

A articulação entre as secretarias e os conselhos municipais de educação é uma estratégia importante para assegurar a legitimidade das diretrizes pedagógicas e o suporte comunitário.

A gestão democrática nas escolas, com a participação ativa de professores, alunos e famílias, fortalece a aplicação da Pedagogia Histórico-Crítica ao criar um ambiente propício para o diálogo crítico.

A alocação de recursos materiais e financeiros é outra preocupação das secretarias, pois a institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica exige condições adequadas para o trabalho pedagógico.



As secretarias utilizam os resultados de avaliações externas, como o Saeb, para identificar lacunas na aprendizagem e propor intervenções pedagógicas alinhadas à Pedagogia Histórico-Crítica.

A criação de uma cultura institucional que valorize o conhecimento e a formação crítica é promovida por meio de eventos como semanas pedagógicas e conferências temáticas.

A implementação de projetos interdisciplinares e contextualizados, conforme orientado por autores como Libâneo (2002), é incentivada pelas secretarias como prática pedagógica.

A supervisão escolar é adaptada para acompanhar de perto a aplicação da Pedagogia Histórico-Crítica, oferecendo suporte técnico e pedagógico aos professores.

As secretarias apostam no fortalecimento do trabalho coletivo entre os docentes, promovendo momentos de planejamento conjunto e troca de experiências, pois foram criados comitês ou grupos de trabalho específicos para monitorar e avaliar o processo de institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica.

As secretarias também desenvolvem políticas de incentivo, como premiações e reconhecimento profissional, para motivar os educadores a se engajarem na aplicação da Pedagogia Histórico-Crítica.

A sensibilização da comunidade escolar sobre os objetivos e benefícios da Pedagogia Histórico-Crítica é outra estratégia essencial, visando o apoio das famílias e dos estudantes.

As secretarias buscam alinhar as diretrizes da Pedagogia Histórico-Crítica às metas do Plano Municipal de Educação, garantindo a coerência entre os objetivos locais e as políticas nacionais.

A institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica exige esforços para superar resistências internas, o que é feito por meio de diálogos abertos e formação continuada sobre a abordagem.

O estímulo ao protagonismo dos professores na construção do processo educativo é destacado como elemento central para o sucesso da Pedagogia Histórico-Crítica.

Essas estratégias, fundamentadas em estudos acadêmicos e experiências práticas, demonstram o papel central das secretarias na consolidação da Pedagogia Histórico-Crítica como tendência pedagógica transformadora.

### **Considerações Finais**

A Pedagogia Histórico-Crítica é uma tendência pedagógica reacionária ao modo de produção capitalista e suas mazelas sociais. Desde seus primeiros escritos, 1979, época de ditadura militar brasileira, Saviani elabora uma leitura da educação brasileira e, na falta de um sistema educacional, elabora uma proposta pedagógica comprometida com a emancipação humana e social.

Após suas primeiras produções, outros autores tomaram posse dos escritos de Saviani e corroboraram para sua escrita coletiva e divulgação até os dias atuais.

Baseado na premissa que a educação escolar necessita dispor da sistematização das máximas culturais, artísticas e filosóficas para a emancipação humana, a Pedagogia Histórico-Crítica tem como parte de um tríduo o Materialismo Histórico-Dialético e a Psicologia Histórico-Cultural.

Logo, a educação pública, laica e de qualidade torna-se mecanismo capaz de promover a inteligibilidade do real e diminuir a alienação imposta pela sociedade capitalista.

A educação, assim, forja-se como motriz para a formação humana com sistematização das máximas culturais para o desenvolvimento humano e o professor torna-se intelectual orgânico responsável pela mediação dos conteúdos escolares e a formação humana ao organizar conteúdos científicos, artísticos e filosóficos que fomentam a educação escolar.

A Pedagogia Histórico-Crítica, logo, está no campo da resistência face ao capitalismo, contra hegemônica, a fim de superar as relações sociais e as mazelas sociais de um modo de produção com fetiche da mercadoria sob a vida humana.

Chão de escola passa a ser local de luta para a sociedade comunista, que defende a humanidade e transponha a exploração social.

Nesse contexto, a formação de professores é estratégia para a efetiva educação transformadora e emancipatória humana, mas é na gestão escolar que a Pedagogia Histórico-Crítica ganha corpo como materialidade e organização do trabalho pedagógico revolucionário para a transformação social, necessidade e possibilidade histórica.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 fev. 2021

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

GASPARIN, J. L. Pedagogia histórico crítica: teoria sem prática? – Onde está o critério de verdade? In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, vol. 5, n. 2, 2013.

JUNIOR, Celestino Alves da Silva (Org). **Dermeval Saviani e a educação brasileira: o simposio de Marília**. Publicação: São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 12. ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea)

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção memória da educação)

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 4. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção educação contemporânea)

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 4. ed., Campinas, SP: Cortez: Autores Associados, 1983.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação)

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**: o papel do congresso nacional na legislação do ensino. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação)

SAVIANI, D. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção educação contemporânea).